

STJ00119398

Judith Martins-Costa

A BOA-FÉ NO DIREITO PRIVADO

CRITÉRIOS PARA A SUA APLICAÇÃO

3ª edição
2024

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Estevão Bula Gonçalves
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Rosana Peroni Fazolari Camilla Felix Cianelli Chaves Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	Paula Brito
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marii Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

C837b Costa, Judith Martins
A Boa-Fé no direito privado: critérios para sua aplicação / Judith Martins-Costa. – 3. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2024.
1000 p.
ISBN 978-65-5362-091-9 (impresso)
1. Direito. 2. Direito civil. 3. Direito privado. I. Título.
CDD 347
CDU 347
2023-2556

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347
2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 17-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA [003712] CL [607639] CAE [791843]

Sumário

NOTA DA AUTORA À TERCEIRA EDIÇÃO	VII
NOTA DA AUTORA À SEGUNDA EDIÇÃO	IX
NOTA DA AUTORA À PRIMEIRA EDIÇÃO	XI
ABREVIATURAS	XXI

INTRODUÇÃO

§ 1. A expressão «boa-fé»

1. Os sentidos	1
2. Boa-fé objetiva	2
3. As perspectivas e o enfoque adotado	6

CAPÍTULO PRIMEIRO

AS RAÍZES

§ 2. A boa-fé no Direito Romano

1. A origem	13
2. A <i>fides</i> como dever de auxílio e promessa de proteção	15
3. A <i>fides</i> -promessa (<i>fides</i> garantia)	16
4. A <i>fides</i> como garantia do cumprimento das obrigações assumidas e sua expansão	17
5. <i>Fides</i> nas relações intrasubjetivas e nas relações intersubjetivas	18
6. A <i>exceptio extra quam</i>	21

§ 3. A *fides bona*

1. A transformação da <i>fides</i> em <i>bona fides</i> : as relações creditícias e os <i>iudicia bonae fidei</i>	22
---	----

2. O crédito e a civilização (<i>koiné</i>) mercantil.....	24
3. <i>Iudicia bonae fidei</i>	26
4. <i>Oportet ex fides bona</i>	30
5. <i>Bona fides e consensus contractae</i>	32
§ 4. O momento hermenêutico: <i>bonae fidei interpretatio</i>	
1. O significado.....	36
2. Os campos funcionais.....	39
§ 5. A diluição da boa-fé	
1. O enfraquecimento da boa-fé.....	40
2. A subjetivação da boa-fé: a usucapião.....	41
3. <i>Bona fides e aequitas</i>	42
§ 6. A boa-fé na cultura germânica	
1. O desenvolvimento germânico da fórmula.....	46
2. <i>Treu und Glauben</i>	48
§ 7. A boa-fé canônica	
1. Boa-fé e moral cristã.....	49
2. <i>Consensus e sollemnia</i>	52
3. A unificação da boa-fé.....	54
§ 8. A boa-fé na primeira e na segunda sistemáticas	
1. A boa-fé na primeira sistemática.....	56
2. Os aportes dos humanistas.....	56
3. A boa-fé como «princípio geral».....	59
4. O modelo de expressão do jusracionalismo.....	62
5. O desenvolvimento da boa-fé em Grotius.....	64
6. Desenvolvimentos da boa-fé nos jusracionalistas.....	67
§ 9. A boa-fé no <i>Code Civil Français</i>	
1. A boa-fé no <i>Code</i> como amálgama da técnica jurídica, da moral e da filosofia.....	71
2. Boa-fé e liberdade contratual.....	75
3. Boa-fé e método da exegese.....	77
3-A. Boa-fé francesa pós-Reforma de 2016.....	78
4. A descendência da boa-fé francesa.....	82

§ 10. A boa-fé germânica e sua apreensão no BGB

1. O encontro entre a boa-fé romana e a germânica	84
2. O trabalho dos práticos	86
3. Boa-fé no BGB de 1900	87
4. A boa-fé pós-Reformas de 2001 e 2002.....	89

§ 10-A. A boa-fé no *common law*

1. O <i>Uniform Commercial Code</i> e o <i>Restatement of Contracts (Second)</i>	92
2. A recusa, no Direito inglês, a um papel ativo ao princípio	94

CAPÍTULO SEGUNDO

CONTEXTO, NOÇÃO E APLICAÇÃO DAS CLÁUSULAS GERAIS

§ 11. Denominação e origem

1. Proposição	99
2. A denominação	100
3. A origem	101
4. O parágrafo 242 do BGB	101
5. O papel da jurisprudência alemã	105
6. A expansão	107
7. As espécies de cláusulas gerais	108

§ 12. A estrutura e a linguagem das cláusulas gerais

1. Proposição	108
2. Método da casuística	109
3. Método das cláusulas gerais	111

§ 13. A linguagem das cláusulas gerais: a vagueza

1. Preciões conceituais.....	112
2. Enunciados gerais	112
3. Enunciados genéricos.....	113
4. Enunciados ambíguos	113
5. A vagueza semântica	114
6. Os significados de «significado»	116
7. A vagueza das normas.....	118
8. A vagueza «socialmente típica»	120

§ 14. Cláusulas gerais e conceitos indeterminados

- | | |
|--|-----|
| 1. Proposição | 122 |
| 2. O critério e a noção utilizados | 124 |

§ 15. Cláusulas gerais e princípios jurídicos

- | | |
|--|-----|
| 1. Proposição | 128 |
| 2. Noção de princípio jurídico | 128 |
| 3. Semelhanças e distinções | 132 |
| 4. Proposição sintética acerca da distinção entre princípio e cláusula geral | 136 |
| 5. Critérios para a aplicação das cláusulas gerais | 139 |

§ 16. Funções das cláusulas gerais: abertura, mobilidade e ressystematização por via da formação de novos institutos

- | | |
|---|-----|
| 1. Proposição | 140 |
| 2. Função de «abertura» do sistema | 141 |
| 3. A função de ressystematização e a formação de novos institutos | 145 |
| 4. Cláusula geral e vinculação aos precedentes | 151 |
| 5. A técnica dos «grupos de casos» | 154 |
| 6. O papel da doutrina | 155 |
| 7. Riscos e vantagens | 157 |

§ 17. A conjugação entre o pensamento tópico e o pensamento sistemático: o «novo pensamento sistemático»

- | | |
|---|-----|
| 1. Proposição | 163 |
| 2. A tópica jurídica | 163 |
| 3. Pensamento sistemático e processo da subsunção | 169 |
| 4. O processo de subsunção | 169 |
| 5. O processo de concreção | 171 |
| 6. A pré-compreensão | 174 |
| 7. O pensamento tópico-sistemático | 175 |

CAPÍTULO TERCEIRO

PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DA
ATUAÇÃO DA BOA-FÉ OBRIGACIONAL**§ 18. A relação obrigacional: concepções, conteúdo, principiologia e classificações**

- | | |
|--|-----|
| 1. Proposição | 183 |
| 2. A relação obrigacional simples, ou o «vínculo obrigacional» | 185 |

3. A relação obrigacional complexa	188
4. As doutrinas pessoalistas	190
5. As doutrinas realistas.....	191
6. A doutrina dualista (<i>Schuld und Haftung</i>).....	192
§ 19. A relação de obrigação como um organismo e totalidade complexa	
1. Origem.....	195
2. A concepção de Karl Larenz	198
3. O dinamismo da relação obrigacional	200
4. A noção de processo obrigacional	202
5. A relação obrigacional como relação de cooperação.....	203
6. A análise interna da relação.....	206
§ 20. As espécies de deveres gerados pela incidência da boa-fé objetiva: deveres anexos (instrumentais à prestação) e de proteção	
1. As espécies.....	208
2. Deveres de prestação	209
3. Espécies de deveres de prestação.....	209
3.1. Deveres principais de prestação.....	209
3.2. Deveres secundários.....	209
4. Os deveres anexos.....	211
5. Deveres de proteção.....	213
§ 21. Distinção e interdependência principiológica: boa-fé, confiança, autonomia privada, autorresponsabilidade	
1. Proposição.....	220
2. Autonomia privada	220
3. Autonomia privada e confiança.....	221
4. Confiança e boa-fé.....	225
5. Autorresponsabilidade	229
§ 22. As fontes das obrigações e suas classificações	
1. As várias classificações.....	230
2. O contato social como categoria jurídica.....	232
3. Contato social como categoria sistematizadora	235
4. Os atos existenciais.....	238
5. Atos existenciais e «relações contratuais de fato»	239
6. Qualificação jurídica dos atos existenciais.....	240
7. Atos existenciais como «atos-fato».....	241
8. Boa-fé e categorização dogmática das fontes	245

CAPÍTULO QUARTO

CRITÉRIOS PARA UMA APLICAÇÃO DA
BOA-FÉ SISTEMATICAMENTE ORIENTADA**§ 23. A indispensabilidade do *distinguo***

- | | |
|---------------------|-----|
| 1. Proposição | 249 |
|---------------------|-----|

§ 24. Primeira distinção: boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva

- | | |
|---|-----|
| 1. A boa-fé subjetiva | 251 |
| 2. A boa-fé objetiva | 255 |
| 3. A boa-fé objetiva como modelo jurídico..... | 258 |
| 4. Indistinções entre a boa-fé objetiva e a subjetiva exemplos..... | 259 |
| 5. Cumulação entre boa-fé subjetiva (estado) e boa-fé objetiva (norma)... | 262 |

§ 25. Segunda distinção: o critério do campo de incidência

- | | |
|-------------------------------|-----|
| 1. Proposição | 263 |
| 2. Os campos examinados | 266 |

§ 26. Relações obrigacionais de Direito Civil comum

- | | |
|---------------------|-----|
| 1. Proposição | 266 |
| 2. Vetores | 266 |

§ 27. Relações obrigacionais de Direito de Família

- | | |
|--|-----|
| 1. Proposição | 267 |
| 2. Direito Pessoal de Família | 268 |
| 3. Direito Patrimonial de Família | 269 |
| 4. Boa-fé e Direito Patrimonial de Família | 271 |
| 5. Boa-fé e Direito Pessoal de Família | 275 |

§ 28. Relações comerciais (contratos interempresariais)

- | | |
|---|-----|
| 1. Proposição | 277 |
| 2. O mercado | 279 |
| 3. A atividade empresarial | 280 |
| 4. Atividade empresarial e contratos | 282 |
| 5. O mercado, o informalismo e a atipicidade das formas contratuais | 283 |
| 6. A relevância dos usos do comércio e das práticas seguidas entre os agentes | 285 |
| 7. O <i>standard</i> da probidade específica | 287 |
| 8. Os vetores | 288 |

§ 29. Relações associativas (associações e sociedades), empresariais ou não	
1. Proposição	288
2. Boa-fé e relações associativas, em sentido amplo	289
3. A cooperação e a lealdade como elementos estruturais	291
4. Escalonamento da boa-fé, conforme a espécie associativa.....	292
5. Vetores	293
§ 30. Relações obrigacionais regidas por normas internacionais	
1. Proposição	294
2. Boa-fé e princípio da interpretação uniforme	295
§ 31. Relações obrigacionais assimétricas	
1. Proposição	298
2. Assimetria e poder	299
3. Assimetria e vulnerabilidade	299
§ 32. Relações obrigacionais de consumo	
1. Proposição	303
2. As «normas objetivo» do art. 4.º do CDC	303
3. Boa-fé e relação de consumo	304
4. Boa-fé, equilíbrio e abusividade	305
5. Adesividade e abusividade	306
6. Boa-fé e transparência	307
7. Boa-fé como proteção à confiança legítima do consumidor.....	308
8. Boa-fé e conduta do consumidor.....	309
§ 33. Relações obrigacionais de emprego	
1. Proposição	309
2. Boa-fé e equilíbrio na relação de emprego	310
3. Deveres para as partes e vedação ao exercício desleal	310
4. A jurisprudência trabalhista	313
§ 34. Relações obrigacionais entre os particulares e o Estado	
1. Proposição	315
2. Princípios em conjugação com a boa-fé	316
3. Boa-fé e princípio da proteção da confiança.....	318
4. Boa-fé, proteção da confiança e vedação à contraditoriedade desleal ...	320
5. Boa-fé e conduta do administrado e contribuinte	322
6. Boa-fé e o exercício de direito formativo extintivo	324

7. Boa-fé e aplicação de penalidades	326
8. Boa-fé e conflito de interesses.....	327
9. Boa-fé e processo administrativo.....	328

§ 35. Terceira distinção: a materialidade da situação jurídica subjacente

1. Proposição	329
2. Significados	330
3. Função sistematizadora.....	331

§ 36. *Mea res agitur*

1. Proposição	332
2. Negócios de intercâmbio em sentido próprio	332
3. Contratos movidos por intenção liberal	333
4. A maior consideração ao donatário	335

§ 37. *Tua res agitur*

1. Proposição	336
2. Contrato de mandato	337
3. Relação jurídica de administração	339
4. Os administradores de sociedades.....	339
5. Deveres fiduciários do administrador – especificidades.....	341
6. Critérios para a avaliação dos deveres.....	343
7. Contrato de investidura.....	346
8. Qualificação do contrato de investidura.....	346
9. Obrigação principal no contrato de investidura	348
10. Independência e imparcialidade do árbitro.....	349
11. Boa-fé e deveres anexos no contrato de investidura	350
12. A arbitragem e a superinvocação do princípio da boa-fé.....	354
13. Contrato de seguro	355
14. Boa-fé e seguro	359
15. Boa-fé e disciplina informativa no seguro.....	362
16. Boa-fé e regulação do sinistro	366
17. Boa-fé e abusividade no contrato de seguro	369
18. Boa-fé e agravamento do risco	371
19. Boa-fé e «dever de minimizar o risco»	375

§ 38. *Nostra res agitur*

1. Proposição	376
2. A colaboração estrutural: o contrato de sociedade	377
3. O fim comum.....	378

4. A «acendrada boa-fé» como fonte de deveres	379
5. Deveres decorrentes da boa-fé e titulares do poder de controle	382
6. A colaboração conjuntural: acordos de acionistas e contratos-aliança..	382
7. Acordos de acionistas	383
8. Conjugação principiológica	384
9. Possível tensão principiológica	389
10. Síntese conclusiva	390
11. Os contratos-aliança.....	391
12. Outros contratos de construção	393
13. Colaboração estratégica pontual: contratos de colaboração empresária, contratos de duração, contratos relacionais	395
14. Operações concertadas	395
15. Qualificativos e subespécies	397
16. Os contratos relacionais.....	397
17. Relacionalidade e lacunosidade intencional.....	399
18. Relacionalidade e boa-fé	399
19. Relacionalidade e pessoalidade.....	400

CAPÍTULO QUINTO

ATUAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONFORME AS FASES DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL

§ 39. O critério das fases do processo obrigacional

1. Proposição	411
2. Fases e planos da relação obrigacional.....	412
3. Fase do desenvolvimento, ou execução contratual.....	413
4. Fase das tratativas: primeira enunciação.....	413
5. Deveres de proteção na fase das tratativas.....	416

§ 40. A fase formativa de um contrato

1. Proposição	417
2. A solução do CDC	417
3. As soluções do Direito Privado (Civil e Empresarial)	418

§ 41. Fase inicial de prospecção e de chamamento a contratar, sem a caracterização de oferta em sentido técnico

1. Proposição	420
---------------------	-----

§ 42. Fase negociatória em sentido estrito

1. Proposição	421
---------------------	-----

2. Utilidade e figuras	421
3. Critérios	423
4. Formação progressiva do contrato	424
5. A possível vinculabilidade dos atos pré-contratuais e a vinculabilidade dos atos contratuais sujeitos às chamadas «condições precedentes» ...	428
6. Eficácias hermenêuticas	431
7. As cláusulas de entendimento integral.....	432
§ 43. Fase da oferta, propriamente dita	
1. Proposição	433
2. O art. 427 do Código Civil.....	434
§ 44. Fase da conclusão contratual	
1. Proposição	437
2. A eficácia contratual.....	437
3. O problema da legitimidade da expectativa	439
§ 45. Origem da doutrina da <i>culpa in contrahendo</i> e seu atual estágio	
1. A origem: a formulação de Jhering	441
2. <i>Culpa in contrahendo</i> e teoria do contato social.....	445
3. Desenvolvimento e expansão da doutrina da <i>culpa in contrahendo</i>	447
§ 46. A responsabilidade pré-contratual no Direito brasileiro	
1. Proposição	456
2. <i>Culpa in contrahendo</i> e a chamada «responsabilidade pela confiança» .	458
3. A hipótese do injusto rompimento das tratativas	466
4. O recesso justificado.....	468
5. A violação aos deveres informativos pré-contratuais	469
6. O regime jurídico e o interesse indenizável.....	471
7. <i>Culpa in contrahendo</i> e boa-fé.....	479
8. Síntese conclusiva	485
§ 47. Fase da execução contratual: a boa-fé <i>in executivis</i>	
1. Proposição	486
2. Papel auxiliar e limitador da boa-fé <i>in executivis</i> em relação à vontade contratual	487
§ 48. Fase pós-contratual	
1. Proposição	489
2. Acolhimento no Direito brasileiro	490
3. Síntese conclusiva	494

CAPÍTULO SEXTO
A FUNÇÃO HERMENÊUTICA DA BOA-FÉ

§ 49. A função e interpretação contratual

1. Proposição	497
2. Fatores introdutórios da atenção à boa-fé no Direito brasileiro	498
3. O método adotado	500

§ 50. A interpretação segundo a boa-fé

1. Interpretação – sentido amplo	501
2. Interpretação contratual: questões	503
3. Atuação compressiva da boa-fé hermenêutica.....	504

§ 51. A boa-fé «contextual»: os cânones dos arts. 112 e 113 do Código Civil

1. Proposição	506
2. Regras jurídicas de interpretação e regras jurídicas interpretativas	507

§ 52. A «intenção consubstanciada na declaração» e o cânone da «totalidade e coerência» do contrato

1. Proposição	508
2. O alcance do art. 112	510
3. A insuficiência do critério literal	511
4. O cânone da totalidade e da coerência	512
5. O art. 113: <i>caput</i> e inciso III do parágrafo 1.º	518

§ 53. Cânone da finalidade do negócio e a “racionalidade do negócio”

1. Proposição	520
2. Negócio jurídico como categoria finalista: consequências	526
3. Interpretação finalista e contratos por adesão	530
4. Finalidade, «título» do contrato e atipicidade contratual.....	530

§ 54. O critério do comportamento das partes

1. Proposição	531
2. O comportamento posterior	532
3. O comportamento anterior	535
4. As práticas seguidas pelas partes.....	536
5. As práticas referidas no art. 9.º da CISG.....	540
6. Boa-fé e interpretação segundo os usos	542

7. Significados da palavra «usos».....	542
8. O art. 113 inclui os usos e as práticas	544
9. Usos e prévio consentimento	545
10. O valor dos usos referidos no art. 113	546
11. Usos na prática internacional.....	548
§ 55. Boa-fé e interpretação a favor do aderente	
1. Proposição	550
2. A regra <i>contra proferentem</i>	551
3. O ônus de falar claro.....	553
4. Interpretação segundo a boa-fé e vulnerabilidade do consumidor.....	556
§ 56. A boa-fé hermenêutica na CISG – Convenção de Viena para a Compra e Venda Internacional de Mercadorias	
1. Proposição	561
2. A boa-fé como norma dirigida ao intérprete	562
3. O cânone da uniformidade hermenêutica.....	563
4. O postulado normativo do caráter internacional do contrato	564
5. Aplicação da boa-fé por via indireta	565
§ 57. Boa-fé e tutela da confiança na interpretação das declarações tácitas: o problema da chamada «extensão da cláusula compromissória»	
1. Proposição	573
2. Fundamentos	573
3. A hipótese da «extensão subjetiva» da cláusula compromissória.....	575
4. Cuidados a adotar e <i>standards</i> a considerar	576
§ 58. Boa-fé e interpretação mitigadora do rigor legal ou contratual	
1. Proposição	580
2. Campo de aplicação	581
3. Equidade e assistemática.....	584
4. Síntese conclusiva	584
CAPÍTULO SÉTIMO	
A CRIAÇÃO DE DEVERES	
§ 59. Função integrativa	
1. Proposição	589

2. Distinções.....	589
3. A palavra «lacuna»	591
4. A integração	593
5. Lacuna e pluralidade de fontes integrativas: a boa-fé como critério integrativo	594
§ 60. Lacunas e integração contratual: técnicas e limites	
1. O processo integrativo	597
§ 61. Lacunas e criação de deveres às partes	
1. Proposição.....	599
2. Escopo dos deveres que servem à integração	600
§ 62. Deveres de cooperação e lealdade contratual	
1. Âmbito dos deveres de cooperação e lealdade	601
2. Dever de cooperação e materialidade da situação jurídica.....	602
§ 63. Deveres informativos	
1. Proposição e significados	605
2. Interesse à informação: as várias escalas	607
3. Instrumentalidade da informação	608
4. Transindividualidade da informação: o mercado de valores mobiliários	611
5. Uma informação marcada pelo interesse público.....	612
6. Informação e prospecto	613
7. Critérios e elementos do dever de informar	615
8. Formas de infração aos deveres informativos.....	618
9. Deveres informativos na fase pré-contratual	619
10. Dever de informar: extensão.....	620
11. Critérios auxiliares à concreção do dever de informar	621
12. Informação, lealdade, veracidade	622
13. Afastamento do dever de informar	624
14. Deveres informativos na área da saúde	625
§ 64. Deveres de proteção («deveres laterais»)	
1. Proposição	626
2. O significado e a abrangência	626
3. Deveres de proteção e dano moral.....	628
4. Interesses de proteção: o problema dos terceiros em sua relação com o contrato	629

5. Diferentes significados da relação «contrato e terceiros»	631
6. O princípio da incolumidade das esferas jurídicas	633

§ 65. O «dever» de colaborar para a mitigação do próprio prejuízo

1. Proposição	635
2. Qualificação jurídica: dever ou ônus?	636
3. Problemas de Direito Comparado	639
4. Origem da doutrina da mitigação	640
5. Quantificação e critérios	642
6. Jurisprudência	645

CAPÍTULO OITAVO

FUNÇÃO CORRETORA: A BOA-FÉ E O EXERCÍCIO JURÍDICO

§ 66. A função corretora

1. Proposição	655
2. As duas vertentes da função corretora	655

§ 67. A função corretora do conteúdo contratual

1. Premissas	656
--------------------	-----

§ 68. Boa-fé como norma de validade: o sistema do Código Civil

1. Proposição	660
2. Soluções do Direito brasileiro	661
3. O art. 166 do Código Civil	663
4. Demais hipóteses de controle do conteúdo no âmbito do Código Civil ..	666

§ 69. Boa-fé como norma de validade e correção da «abusividade contratual»

1. Distinções: abuso e abusividade	667
2. Os planos de projeção da distinção	668
3. Abusividade, segundo o CDC	669
4. Crítica: a miscelânea de fundamentos e a invocação iterativa	673

§ 70. Correção do conteúdo do contrato sem referência à validade: papel da boa-fé frente a situações de desequilíbrio decorrente de circunstâncias supervenientes à formação do contrato

1. Proposição	676
2. Dimensão plurívoca do princípio do equilíbrio	677
3. Tempo e contrato	677

4. A longa duração	679
5. Fontes legais do dever de reequilíbrio e especificidades consoante os campos normativos.....	681
6. Fontes negociais: a autonomia privada e as cláusulas de adaptação por renegociação	684
7. Cláusulas de renegociação: desnecessidade de apelo à imprevisibilidade	685
8. O critério do modo de operar a adaptação do contrato.....	686
9. As cláusulas de <i>hardship</i>	686
10. Conjugação entre fontes legais e fontes negociais.....	689
11. Previsões gerais do Código Civil: contratos entre iguais.....	689
11-A. O princípio da boa-fé é fonte do «dever de renegociar»?.....	691
12. Reequilíbrio e contratos entre desiguais	699
13. A jurisprudência	699
14. Síntese conclusiva	707
§ 71. Boa-fé e revisão nos contratos administrativos	
1. Proposição	708
2. Requisitos da revisão	708
§ 72. Boa-fé e controle do modo de exercício dos direitos e posições jurídicas	
1. O exercício jurídico.....	710
2. A boa-fé e o art. 187 do Código Civil: a ilicitude no modo de exercício	711
§ 73. A contraditoriedade desleal no exercício jurídico	
1. Proposição	715
2. A vedação à contraditoriedade desleal como «figura da experiência»..	716
§ 74. O <i>venire contra factum proprium</i>	
1. Proposição	719
2. Noção	719
3. Âmbito de delimitação	720
4. Ligação à boa-fé.....	722
5. Requisitos	724
6. Consequência	724
7. A jurisprudência	725
8. A desmedida invocação do <i>venire contra factum proprium non valet</i> ..	733
§ 75. <i>Nemo auditur propriam turpitudinem allegans</i>	
1. Proposição	734

XL | A BOA-FÉ NO DIREITO PRIVADO

2. Origem da regra.....	735
3. Jurisprudência.....	737
4. Consequências da incidência.....	740
5. A questão da vedação à <i>repetitio</i>	741
6. Utilidade da distinção.....	743
7. Alegação de nulidade formal e substancial.....	746
8. Síntese conclusiva.....	747
§ 76. <i>Tu quoque e exceptio non adimpleti contractus</i>	
1. Proposição.....	748
2. <i>Tu quoque</i>	749
3. Aplicação tópica: <i>tu quoque</i> como figura da experiência.....	750
4. Os direitos de exceção e a noção de sinalagma.....	752
5. Requisitos.....	753
6. Sinalagma e <i>tu quoque</i>	753
§ 77. <i>Suppressio e surrectio</i>	
1. Proposição.....	756
2. Noção e origem.....	756
3. Requisitos.....	759
4. <i>Suppressio</i> e boa-fé.....	762
5. A <i>surrectio</i>	768
§ 78. Boa-fé no balanceamento entre Justiça e utilidade contratual	
1. Proposição.....	771
2. As causas de cessação dos efeitos de um contrato: distinções.....	772
3. Premissas sobre a terminologia adotada e noções gerais sobre a extinção contratual por causas supervenientes à sua formação.....	774
§ 79. Boa-fé e exercício de denúncia	
1. Noção e distinções.....	776
2. Boa-fé e exercício do direito formativo de denúncia.....	777
3. O parágrafo único do art. 473.....	780
§ 80. A condição resolutiva e o art. 128 do Código Civil	
1. Proposição.....	787
2. Boa-fé e condição resolutiva: uma interpretação do art. 128 do Código Civil.....	788
§ 81. Resolução (em sentido amplo) por inadimplemento	
1. Proposição.....	791

2. As espécies de inadimplemento	792
3. A gravidade do inadimplemento e o <i>topos</i> da inutilidade da prestação para o credor	794
4. O incumprimento definitivo.....	795
5. Critérios para a averiguação da inutilidade da prestação para o credor	795
6. Incumprimento definitivo parcial.....	801
7. Boa-fé e apreciação da utilidade da prestação para o credor	803
§ 82. O adimplemento substancial do contrato	
1. Noção e origem.....	805
2. Adimplemento substancial e boa-fé.....	805
3. Requisitos à aplicação.....	808
§ 83. O inadimplemento antecipado do contrato	
1. Premissas	810
2. Noção	810
3. Origem.....	812
4. O inadimplemento antecipado nos documentos do Direito Contratual Internacional.....	813
5. Aceitação no Direito brasileiro	814
6. Inadimplemento antecipado e boa-fé.....	815
7. Requisitos	816
§ 84. A violação positiva do crédito	
1. Proposição.....	818
2. Extensão	819
3. Eficácia.....	820
§ 85. Conclusões muito sintéticas.....	821
BIBLIOGRAFIA.....	823
JURISPRUDÊNCIA CITADA	885
ÍNDICES REMISSIVOS	903
Índice remissivo <i>stricto sensu</i>	903
Casos nomeados	929
Legislação citada.....	931
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	942